

Obra em Cascavel amplia Fórum para 3ª Vara e Setorial Administrativa



As obras de ampliação do Fórum de Primeiro Grau de Cascavel devem ser concluídas em seis meses

Com recursos próprios, o TRT está ampliando o Fórum de Primeiro Grau da Justiça do Trabalho de Cascavel. Ao imóvel-sede foi incorporado o terreno vizinho, doado pela municipalidade local, permitindo a edificação de mais 2.077 m². Além de mais uma Vara e a ampliação do Serviço de Distribuição de Feitos, também a Divisão 2 do Apoio Administrativo ganha novas instalações, beneficiando todas as unidades do Oeste e do Sudoeste do Paraná.

p. 4

DEPOIMENTO

Juiz Élder de Souza Pedroza

Juiz do Trabalho da 9ª Região aposentado

"Os pessimistas que falavam em extinção da Justiça do Trabalho tiveram que silenciar, com a ampliação da competência pela EC 45/2004 e a criação de novas Varas. Hoje, ela é uma Justiça de ponta, preparada para o futuro". p. 2

NESTA EDIÇÃO

- Juiz Nacif Alcure Neto se aposenta *p. 3*

- Livros de juízes: nova competência *p. 6*

- Valentin Bernardi falece em Londrina *p. 7*

DEPOIMENTO

ELDER DE SOUZA PEDROZA - Juiz do Trabalho Aposentado da 9ª Região

Justiça de ponta, preparada para o futuro

Paranaense de Morretes, o juiz Élder de Souza Pedroza bacharelou-se em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (turma de 1977) e em História Geral na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá (1976). Após exercer a advocacia, ingressou na Justiça do Trabalho do Paraná como servidor em fevereiro de 1980, cargo que ocupou até junho de 1992, na 3ª Junta de Conciliação e Julgamento (denominação à época da 3ª Vara do Trabalho) de Curitiba e em gabinete de juiz do Tribunal. Aprovado em novo concurso público, passou a exercer a magistratura no mês seguinte como juiz substituto, também na 9ª Região. Em março de 1994, foi promovido à titularidade de Vara do Trabalho, exercida sucessivamente nas VTs de Apucarana, Telêmaco Borba, 1ª de Ponta Grossa, 1ª de Paranaguá e 18ª de Curitiba.

O juiz Élder teve aceito seu voluntário pedido de aposentadoria por tempo de serviço no último 15 de maio – dia em que completou 70 anos de idade, o que já ensinaria compulsoriamente sua passagem à inatividade no cargo. Ao **Nona**, falou de sua larga experiência no Judiciário Trabalhista, como observador e agente das transformações ocorridas em mais de 26 anos.

EVOLUÇÃO

Ao longo desses anos na Justiça do Trabalho, vivenciou diversas modificações na estrutura da instituição e no arcabouço jurídico trabalhista nacional. Perguntado como avalia o estágio atual da atividade da magistratura, comparativamente ao tempo em que ingressou na atividade, o juiz lembra que as instalações e os equipamentos eram precários. Como substituto, conta, chegou a comprar papel sulfite e o chamado carbono com dinheiro próprio, para datilografar sentenças. Ao assumir a JCJ de Apucarana, adquiriu às próprias expensas um computador para instalar na sala de audiência, pois ainda era utilizada máquina de escrever. “O computador para a Secretaria foi conseguido por um juiz classista dos empregados” – recorda, acrescentando que não havia juiz auxiliar, tampouco funcionários suficientes à demanda e as Juntas recebiam processos em quantidade incompatível com aquelas carências.

Sobre o estágio atual da instituição, o juiz afirma que “temos uma Justiça do Trabalho aparelhada, com servidores, instalações e equipamentos de primeiro mundo”. Para o magistrado, “os pessimistas que falavam na extinção da Justiça do Trabalho tiveram que silenciar para não caírem no ridículo, prin-

cipalmente após a ampliação da competência material decorrente da Emenda Constitucional 45/2004 e a criação pela Lei 10.770/2003 de novas Varas, que já estão sendo instaladas”. E adiciona: “A Justiça do Trabalho já pode ser considerada uma Justiça de ponta, preparada para o futuro.

DE SERVIDOR A JUIZ

Perguntado se acredita que a experiência como servidor na Secretaria da 3ª JCJ e em gabinete de juiz teria facilitado sua adaptação à magistratura, ele respondeu afirmativamente. Disse ter adquirido bom conhecimento do trâmite processual, desde o ajuizamento da ação até a sentença. Como exemplo, recorda da época em que o TRT era presidido pelo juiz José Montenegro Antero e o setor de cálculos foi desativado. Na ocasião, a elaboração das contas de liquidação passou a ser responsabilidade das secretarias das JCJs. Seu chefe de então atribuiu-lhe a tarefa, o que propiciou rica experiência, depois usada no exame de agravos de petição (como servidor em gabinete) e na análise de impugnações e embargos, já como magistrado.

EPISÓDIOS INSÓLITOS

O juiz conta que muitos foram os fatos importantes ocorridos entre 1992 a 2006 nas Varas em que atuou, inclusive alguns episódios que o surpreenderam. Dentre eles, narrou o ocorrido em uma audiência de instrução. Uma testemunha indicada pelo autor foi impugnada, já durante a qualificação, sob o argumento de que era suspeita para prestar depoimento. Tão logo a suspeição foi argüida, a testemunha se levantou furiosa de sua cadeira, tentando agredir o advogado, vociferando que era “mulher direita, casada, honesta, mãe de três filhos” e que não admitia tal calúnia. Exigiu que o causídico provasse que era suspeita. Diante da simplicidade da testemunha, o juiz Élder suspendeu a audiência para explicar a ela que a suspeição argüida não era qualquer ofensa, tratando-se de termo jurídico previsto no art. 829 da CLT, aplicável a parentes, amigos íntimos ou inimigos de uma parte. Mais calma, ela prestou depoimento e o impasse foi solucionado, possibilitando a continuidade do regular procedimento instrutório.

RECOMEÇAR

O **Nona** quis saber do magistrado que interesses pessoais e/ou profissionais se tornam prioritários, virada a página da judicatura em sua vida. O juiz aposentado respondeu que de imediato vai ajudar o filho, professor de educação física: “Ele quer montar

um estúdio de Pilates (academia para condicionamento físico)”. O magistrado pretende, ao mesmo tempo, cursar aeromodelismo. Esquiu-se de antecipar, contudo, o que fará depois: “Não tenho projetos - vou deixar a vida me levar”...



UMA NOVA JUSTIÇA

A propósito de como analisa as modificações introduzidas pela EC 45/2004, o juiz avalia que a Emenda já fez a competência da Justiça do Trabalho alcançar quase todas as questões oriundas das relações de trabalho, ampliando significativamente os conflitos passíveis de submissão ao seu exame. Foi pertinente, assim, o aumento do número de Varas, autorizado por lei. O magistrado, ao citar que 14 novas unidades destinadas ao Paraná já foram instaladas, acredita que não será alcançada a desejável celeridade, mesmo após a instalação das 11 restantes. E indica como causa uma série de senões: “Em Curitiba, por exemplo, 20 Varas são insuficientes. Ademais, a realização de concurso para preencher 50 vagas de juiz substituto no Paraná, já autorizado pelo TRT, não suprirá de imediato a falta de juízes, tendo em vista o aumento da demanda”, aponta. Ele vislumbra como imprescindível a implementação de medidas preventivas e de fiscalização, pelo Ministério do Trabalho e pelo Ministério Público - no caso deste, por ações civis públicas, termos de compromisso e de ajustamento de conduta. E complementa: “Também contribui para a paz social a legitimidade processual conferida aos sindicatos pela Constituição”.

Indagado sobre as alterações previstas por emenda em trâmite no Congresso, com vistas a outra ampliação da competência, o juiz entende que a aprovação “virá conferir à Justiça do Trabalho a plenitude da competência material”, concluindo um processo de reformas positivo.

Por fim, ele deixa “abraço aos colegas servidores e juízes”, arrematando: “Não posso deixar de agradecer a instituição, a qual me orgulho de integrar, por ter me proporcionado quase tudo”.

NONA

É UMA PUBLICAÇÃO MENSAL DO TRT-PR. PRESIDENTE: JUIZA WANDA SANTI CARDOSO DA SILVA. VICE-PRESIDENTE: JUIZA ROSALIE MICHAEL BACILA BATISTA. CORREGEDOR-REGIONAL: JUIZ LUIZ EDUARDO GUNTHER. DIRETOR-GERAL: OSMAN CESAR BOZZO SILVA. SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA: ADELIA LUCIA DE FINIS. SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO, ÓRGÃO ESPECIAL E SEÇÃO ESPECIALIZADA: ANA CRISTINA NAVARRO LINS. ACESSORA DE COMUNICAÇÃO E JORNALISTA RESPONSÁVEL: JUSSARA ELISA (MTB 2440/PR). REDAÇÃO: CESAR CALDAS, JUSSARA ELISA, LUIZ MUNHOZ, MARCIO MIRA, MARCOS BADDINI, SORAYA WOLFF e ROSSANA TUOTO. FOTOGRAFIAS: BENEDY OLIVEIRA, CARMEN ZIEGE, LUIZ MUNHOZ, TONICO ALVARES, AROUIVO TRT-PR e DIVULGAÇÃO. ARTE FINAL: MARCOS BADDINI. IMPRESSÃO: GRÁFICA CAPITAL.

Sugestões e opiniões para o **Nona**: Assessoria de Comunicação Social do TRT-PR - Rua Vicente Machado, 400 (Anexo Administrativo), 10º Andar, Centro, CEP 80240-010, Curitiba-PR - Fone/Fax: (41) 3310-7171 / ascom@trt19.gov.br.

Juiz Nacif Alcure Neto alcança aposentadoria após mais de 25 anos de Justiça do Trabalho

O corregedor da 9ª Região da Justiça do Trabalho na gestão 2003-2005 exerceu a magistratura trabalhista de carreira por duas décadas e meia

No Diário Oficial da União de 9 de maio foi publicado decreto presidencial confirmando a aposentadoria do juiz Nacif Alcure Neto, como magistrado da Justiça do Trabalho do Paraná, após mais de 25 anos de atividade. O Órgão Especial do TRT-PR havia deferido, por unanimidade, a aposentadoria em sessão de 27 de março.

Natural de Iúna (ES), o juiz Nacif bacharelou-se em Direito pela Universidade Estadual de Maringá-UEM, em 1973, quando passou a militar na advocacia. Por sete anos, foi consultor jurídico da Associação Comercial e Industrial de Maringá.

Ingressou na magistratura trabalhista por concurso público de provas e títulos em 10 de dezembro de 1980, no cargo de juiz do trabalho substituto. Em 1986, foi promovido à presidência da Junta de Conciliação e Julgamento (como eram à época denominadas as atuais Varas do Trabalho)

de Apucarana, onde permaneceu por três anos, até sua remoção à 2ª JCJ de Maringá. Exerceu por dois mandatos consecutivos a direção do fórum trabalhista maringaense. Ex-professor universitário nas cadeiras de Direito do Trabalho, Legislação Tributária e Social, lecionou ainda no núcleo de Maringá da Escola da Magistratura do Estado do Paraná.

Em 27 de maio de 1994, mediante promoção, o juiz Nacif tomou posse como magistrado do TRT da 9ª Região. Eleito por seus pares, foi empossado em 12 de dezembro de 2003 no cargo corregedor regional da Justiça do Trabalho do Paraná para o biênio 2003-2005. Integrou o Órgão Especial do Regional e sua Seção Especializada.

O Tribunal iniciou o processo para promoção à vaga aberta por sua aposentadoria, pelo critério de antigüidade. O prazo para inscrições expira em 2 de junho.



Juiz Nacif Alcure Neto se aposenta, depois de mais de 25 anos de magistratura trabalhista

O procedimento será então enviado ao Tribunal Superior do Trabalho que o reencaminhará, oportunamente, à Presidência da República para final nomeação.

Acadêmicos de Direito de Guarapuava visitam o TRT

Alunos do quarto ano de Direito da Faculdade Novo Ateneu (Faculdades Guarapuava) participaram em 17 de maio do Programa Visitação Pública do TRT-PR. Os 28 acadêmicos ouviram palestra da vice-presidente do Tribunal, juíza Rosalie Michaele Bacila Batista (foto ao lado). A magistrada expôs aspectos estruturais-legais da instituição e fez breve histórico das modificações havidas na competência material da Justiça do Trabalho. Os estudantes receberam cartilha com dados complementares e movimentação processual. Ao final, conheceram os plenários das sessões, visitaram a Secretaria da 4ª Turma e conheceram a Biblioteca do TRT.



Fórum de Cascavel está sendo ampliado para receber 3ª Vara e Setorial Administrativa

Terreno recebido da Prefeitura possibilita melhor atendimento às regiões Oeste e Sudoeste e amplia a estrutura da Justiça do Trabalho na cidade

Com recursos provenientes do próprio TRT do Paraná, estão sendo executadas as obras de ampliação do imóvel-sede do Fórum Trabalhista de Cascavel. O aumento da área construída da Justiça do Trabalho em 2.077 m² na cidade será em terreno doado pelo Município. 1.283 m² serão destinados à instalação da futura 3ª Vara do Trabalho, além do Serviço de Distribuição, novo espaço para a OAB, sala específica para os executantes de mandados e o arquivo local. Os restantes 794 m² serão ocupados pela Setorial 2 da Divisão de Apoio Administrativo do TRT, que dá atendimento às Varas das regiões Oeste e Sudoeste do Estado.

As instalações da 3ª Vara do Trabalho terão área e divisão de espaços adotadas nas demais varas de Cascavel, com salas para secretaria, atendimento ao público, gabinetes para juiz titular e substituto, salas de audiências, de pré-acordo para arquivos. O mobiliário e a infraestrutura de informática e telecomunicações também seguirão o padrão da estrutura existente.

As obras contemplam ainda o espaço para a instalação de mais um posto bancário.

O edifício da Setorial 2 da Divisão de Apoio Administrativo está sendo construído em área contígua



Obras de ampliação do fórum de 1º grau de Cascavel

Futuras instalações da Setorial 2 da Divisão de Apoio Administrativo



ao Fórum. O espaço foi projetado de acordo com a utilização a que se destina, ou seja, com amplas dependências para o estoque de materiais, *deck* para recebimento de mercadorias, oficinas e área espe-

cífica para secretaria.

As obras de ampliação do Fórum e de edificação da setorial 2 têm prazo de duração de 6 meses, estando atualmente na fase de levantamento da estrutura.

“Justiça do Trabalho Responde” em maio

O quadro “Justiça do Trabalho Responde” na Rádio Clube B2 - AM (1.430 KHz), do mês de maio, teve a participação dos juízes Cássio Colombo Filho, Márcia Domingues, Rafael Gustavo Palumbo e Márcio Dionísio Gapski. Veiculado às segundas-feiras no programa “Canal Aberto”, apresentado por Algaci Túlio, às 9 horas, o quadro também integra a programação de “Os Repórteres”, a partir das 16 horas. O quadro “Justiça do Trabalho Responde” resulta de parceria entre o Tribunal do Trabalho, a Associação dos Magistrados do Trabalho do Paraná (Amatra-IX) e a Rádio Clube.

Acordo de cooperação técnica com DRT

O TRT e a Delegacia Regional do Trabalho (DRT) do Paraná firmaram, em 3 de maio, acordo de cooperação técnica. Pela parceria, é promovido intercâmbio de informações do Cadastro Nacional de Entidades Sindicais e do Sistema Integrado de Registro de Empresa de Trabalho Temporário da DRT, visando ao desenvolvimento de ações conjuntas.

O Tribunal passa a ter acesso, por exemplo, a informações relativas à organização sindical, aos registros e às impugnações que tramitam na Delegacia, entre outras.

Escola de Administração Judiciária

Educação à distância: piloto do programa terá início com Direito Processual

A Escola de Administração Judiciária está preparando seu primeiro curso na modalidade de educação à distância, que será direcionado aos servidores de posse mais recente na 9ª Região (concurso público de 2004) e terá por objeto de aprendizagem “Noções Básicas de Direito Processual do Trabalho”. Já em fase de validação pela EAJ, o material didático será formatado em linguagem dialógica por uma equipe multidisciplinar.

Os participantes do curso receberão o suporte, via internet, de uma equipe de tutores da própria Justiça do Trabalho. Essa tutoria interna será constituída por servidores indicados pelos diretores das Secretarias das Varas e de Recursos Humanos do TRT. No mês de maio, vinte servidores já participaram do Curso de Formação de Tutores, ministrado pela setorial paranaense do Serviço Nacional de Aprendizado do Comércio (Senac),

em Curitiba. A carga horária do treinamento já foi, em parte, ministrada remotamente na modalidade de *chat* (comunicação instantânea coletiva via internet) - o complemento consistiu em aulas presenciais, na sala de treinamento do anexo administrativo do Fórum de Primeiro Grau. A Secretaria de Informática já ultimou o desenvolvimento e a disponibilização das ferramentas eletrônicas necessárias para o ensino remoto, que permitirá recursos como a auto-avaliação e o acompanhamento virtual pelos tutores. A atividade destes, por seu turno, contará com a supervisão da servidora Nelci Rogowki Benato, lotada na Escola.

A implementação do ensino à distância na Justiça do Trabalho do Paraná, pela Escola e pelo SRH, terá seu cronograma oportunamente definido e divulgado.

PORTUGUÊS INSTRUMENTAL

O curso de Português Instrumen-

tal, que em 16 de maio passou a ser ministrado para outras cinco turmas com alunos da área judiciária do Tribunal, também terá sua versão “à distância”, prevista para 2007.

Para tanto, a Escola de Administração Judiciária e o Serviço da SRH responsável pela capacitação estão desenvolvendo a adaptação de seu formato, em moldes semelhantes aos que serão adotados no curso de Processo do Trabalho. Desse modo, as aulas de Língua Portuguesa - com ênfase na instrumentação do idioma - poderão expandir seu público-alvo ao interior do Paraná com isenção de custos de deslocamento dos alunos.

Enquanto tal não ocorre, o treinamento presencial prossegue: para o segundo semestre de 2006 estão previstas mais 10 turmas, abrindo-se desta feita para servidores da área administrativa do TRT e aqueles da área judiciária que não puderam participar na primeira metade do ano.

Servidores iniciantes

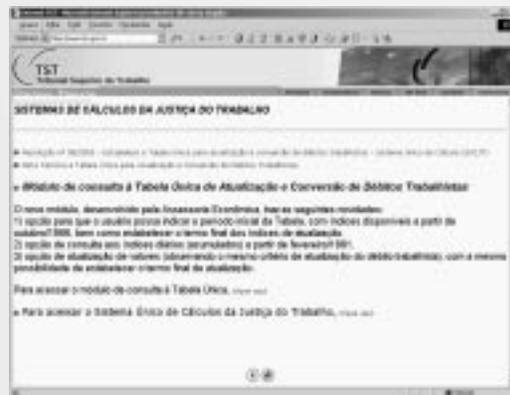
Oficina para oficiais de justiça

Nos dias 29 e 30 de maio foi realizada no St. Emilion Hotel, em Curitiba, a Oficina para Oficiais de Justiça Iniciantes - módulo específico para esses profissionais, no bojo do programa do TRT para servidores que entraram mais recentemente em exercício na Justiça do Trabalho da 9ª Região. Na ocasião, os executantes de mandados e avaliadores tiveram contato com o novo Manual do Oficial de Justiça - material de orientação funcional que se encontra em fase de revisão final pela Escola de Administração Judiciária. Também assistiram a palestra sobre a importância da função, proferida pelo titular da 17ª Vara do Trabalho de Curitiba, juiz José Aparecido dos Santos (foto ao lado). A programação contou ainda com estudos de caso (em grupos) e exposição sobre regras de comportamento. Ao final, houve atividade de ginástica laboral.



Acesso gratuito a cálculo do TST

O programa “Cálculo Rápido”, que permite a qualquer cidadão calcular o valor de sua rescisão contratual, está disponível desde a última terça-feira, 30 de maio, no site do Tribunal Superior do Trabalho. Desde então, a página do TST registra congestionamento de acesso. De acordo com a direção da Secretaria de Informática da Corte, apenas no primeiro dia foram realizados 2.371 *downloads* do programa, ocasionando dificuldades de acesso para trabalhadores, advogados, pequenos empresários e contadores. O programa fornece, em menos de dois segundos, os valores de aviso prévio, horas extras, décimo-terceiro salário, FGTS e outros encargos trabalhistas, a partir do salário-base do empregado. Gratuito, o software pode ser baixado no endereço <http://www.tst.gov.br>.



No site do TST é disponibilizado link para download do programa

Juízes abordam em livros a nova competência da JT

Foram lançadas em 12 de maio, no auditório da Associação dos Magistrados do Trabalho do Paraná, três obras jurídicas, de autoria dos juízes Reginaldo Melhado, Mauro Paroski e Rodrigo Trindade. Em comum, a temática da reforma constitucional (EC 45/2004) que ampliou a competência da Justiça do Trabalho, acrescentando-lhe matérias antes sujeitas a outros ramos do Judiciário. Com abordagens políticas, econômicas e mais estritamente jurídicas, os livros buscam lançar nova luz sobre temas como a manutenção (ou não) da matriz ideológica que informa o Direito do Trabalho e os aspectos processuais das novas questões que chegam à Justiça Especializada.

SOCIEDADE E REFORMAS

O juiz titular da 6ª Vara do Trabalho de Londrina, Reginaldo Melhado, lançou o livro "Metamorfoses do capital e do trabalho: relações de poder, reforma do Judiciário e competência laboral", editado pela LTr. A publicação teve duplo lançamento - na semana anterior, em Maceió, a obra teve *avant-première* durante o Congresso Nacional de Magistrados do Trabalho. Segundo o autor, a obra oferece análise das relações de trabalho no século XXI a partir de abordagem sociológica, filosófica e econômica, conectando esses aspectos ao direito processual e à nova competência da Justiça do Trabalho. Para ele, a apropriação da mais-valia é hoje medida em *bits* e feita via processadores eletrônicos, células fotoelétricas, raios infravermelhos e outras técnicas, que tornam, por vezes, a subordinação jurídica do trabalhador quase im-

perceptível aos seus olhos. Melhado aborda a mundialização do capital e as novas formas de organização da produção capitalista, analisando como se constituem as relações do trabalho nesse contexto. Quanto à Reforma do Judiciário, o juiz expõe o conceito contemporâneo de relação de trabalho, a repercussão na intervenção de terceiros no processo e outras interpretações do artigo 114 da Constituição.

REPARAÇÃO DO DANO MORAL

O livro "Dano moral e sua reparação no Direito do Trabalho", de autoria do titular da VT de Porecatu, Mauro Paroski (Juruá Editora), sublinha a importância dos direitos da personalidade e a necessidade de reparar os danos provocados por sua violação - reconhecidos por vários sistemas jurídicos. Ele frisa que em nosso país, até a Constituição de 1988, o Judiciário resistia em acolher pedido de reparação do dano moral para além das situações expressamente contempladas pelo ordenamento jurídico. A consagração do direito deu-se com o Código Civil de 2003. Definição e classificação dos danos de cunho moral no Direito pátrio, evolução histórica da responsabilidade civil em vários países são outros tópicos desenvolvidos na obra, cujo enfoque é na repercussão jurídico-processual nos feitos adicionados à competência do Judiciário Trabalhista.



Juízes Mauro Paroski, Reginaldo Melhado, Rodrigo Trindade e José Mário Kohler (presidente da Amatra-IX) durante lançamento literário

HISTÓRIA E NOVOS DESAFIOS

"Competência da Justiça do Trabalho para relações de trabalho" (Juruá) é o título da obra do juiz substituto Rodrigo Trindade de Souza. O trabalho identifica os limites da atuação do magistrado a partir das diversas definições da expressão "relação de trabalho". Traça histórico da evolução do trabalho humano e suas espécies, remontando à época antecedente à Primeira Revolução Industrial. Analisa variadas modalidades - informalidade, cooperativismo, estágio, trabalho autônomo e a relação de emprego (subordinada), tendo em vista conceitos como a divisão social do trabalho no capitalismo e a Terceira Revolução Industrial, em que o emprego tradicional se transmuta em formulações jurídico-sociais. O juiz defende o afastamento de dogmas civilistas, pregando princípios protetivos ao hipossuficiente, nas formas de trabalho subprotelarizadas pela organização produtiva do capital.

Ex-ministro Guimarães Falcão homenageado em Porto Alegre

O ministro aposentado do Tribunal Superior do Trabalho, Luiz José Guimarães Falcão, recebeu em 15 de maio o título de Cidadão Emérito de Porto Alegre. Ex-presidente daquela Corte Superior, o magistrado de carreira também presidiu o TRT do Paraná, no qual exerceu cumulativamente a função de corregedor regional - biênio 1978/1980. Em sua gestão diretiva no Tribunal paranaense, a estrutura do primeiro grau de jurisdição foi aumentada em 50% e, na presidência do TST, foram instalados seis dos 24 Tribunais do Trabalho no país, além da ampliação estrutural de outras nove Cortes Regionais.



A partir da esquerda, o ministro Falcão, o desportista Fernando Carvalho (presidente do Sport Club Internacional) e os vereadores Cláudio Sebenelo, Ibsen Pinheiro e João Dib

Disponibilizadas novidades na Intranet

Catálogo eletrônico de materiais de expediente e consultas de ligações telefônicas realizadas a partir de senhas pessoais, são algumas das ferramentas disponibilizadas na Intranet do TRT

Recentemente a Secretaria de Informática disponibilizou o Catálogo Eletrônico de Materiais. Desenvolvido em parceria com a Secretaria Administrativa, o catálogo eletrônico tem por objetivo levar aos usuários de todas as unidades do Estado, de modo fácil e rápido, uma relação completa e atualizada de materiais de consumo e permanentes de modo a subsidiar a elaboração de pedidos de materiais.

Tal funcionalidade constitui-se num primeiro passo para a elaboração do pedido eletrônico de materiais através da intranet, que será disponibilizado oportunamente para todas as áreas do Tribunal.

Para conhecer o catálogo eletrônico é preciso estar conectado à intranet do Tribunal (<http://intranet2.trt9.gov.br>) e escolher o link rápido "Catálogo Eletrônico de Materiais", bastando escolher a categoria do material e, após, clicar sobre o ícone da câmera para visualizar a imagem. As imagens

Consultas e Procedimentos > Índice > Catálogo CAPAS

Catálogo de Materiais

Cód. A	DESCRICAO	UNID.	SIAFI	ANEXAR
C11003	CAPA DE PROCESSO OBRIGAÇÃO PEQUENO VALOR	CE	Consumo	16 395
C11009	CAPA BRANCA PAUTADA	CE	Consumo	16 122
C11010	CAPA DE PROCESSO - DISSÍDIO COLETIVO	CE	Consumo	16 306
C11012	CAPA DE PROCESSO - RECURSO ORDINÁRIO	CE	Consumo	16 171
C11013	CAPA DE PROCESSO - AÇÃO RESCISÓRIA	CE	Consumo	16 251
C11014	CAPA DE PROCESSO - AGRAVO INST. REC. REV	CE	Consumo	16 213
C11015	CAPA DE PROCESSO - AGRAVO DE PETIÇÃO	CE	Consumo	16 200
C11017	CAPA DE PROCESSO - MANDADO DE SEGURANÇA	CE	Consumo	16 254
C11024	CAPA DE PROCESSO - MATÉRIA ADMINIST.	CE	Consumo	16 175
C11070	CAPA DE PROCESSO - AÇÃO TRAB. ESPECIAL	CE	Consumo	16 177
C11071	CAPA DE PROCESSO "RECURSO TRAB. ESPECIAL	CE	Consumo	16 398
C11234	CAPA DE PROCESSO - REMESSA EX-OFÍCIO	CE	Consumo	16 322
C11235	CAPA DE PROCESSO - MATERIA ADMINISTRATIV	CE	Consumo	16 355
C11236	CAPA DE PROCESSO - CONFLITO COMPETÊNCIA	CE	Consumo	16 381
C11237	CAPA DE PROCESSO - MEDIDA CAUTELAR	CE	Consumo	16 329

show 1 - 15 of 21 Next

Busca

Tela do novo catálogo eletrônico de materiais de expediente

estão sendo atualizadas pela Secretaria Administrativa.

Para os usuários lotados na capital, nos prédios da Avenida Vicente Machado (números 147 e 400), está sendo disponibilizada ferramenta para consulta das ligações telefônicas realizadas a partir da senha pessoal de cada um, conforme cadastro do Setor de Telefonia da Secretaria Administrativa.

Para consultar as ligações deve

ser utilizado o link rápido "Ligações Telefônicas" também disponível na intranet do Tribunal.

Esta funcionalidade, fruto de trabalho conjunto com a Secretaria Administrativa, tem por objetivo facilitar as rotinas de cobrança automática de ligações, evitando a impressão e a entrega de relatórios individuais e gerando automaticamente os valores para a folha mensal de pagamento.

Justiça do Trabalho do Paraná perde seu servidor mais antigo

Valentin Roberto Bernardi faleceu em 3 de maio. Era o servidor mais antigo em atividade no Judiciário Trabalhista no Paraná. Nascido em Lutécia (SP), iniciou suas atividades na Justiça do Trabalho em 8 de março de 1971, na então denominada 1ª JCJ de Londrina. Desde 1986 era o diretor do Serviço de Distribuição dos Feitos de Primeiro Grau daquela cidade. Em 2003, Valentin concedeu entrevista ao **Nona**. Disse se sentir orgulhoso de fazer parte da Justiça do Trabalho do Paraná e que havia extraído inúmeras lições durante 32 anos de atividade, à época: "A principal das lições é a constatação da existência de um grande patrimônio ético e moral da Justiça do Trabalho do Paraná, constituído por servidores e magistrados. Nada me traz mais orgulho que as referências à seriedade de nossa Justiça", acrescentou.

Bem quisto por juízes, servidores, advogados e partes, sua prematura partida calou fundo a todos que o conheceram. Valentin deixou amigos. Deixou exemplos e deixou saudades.



PRATA DA CASA

A Corte ou o Corte

Foi aberta em 5 de maio, a 27ª exposição do projeto Prata da Casa do TRT-PR. Estão expostos desenhos de moda da servidora Ana Paula Rocha.

“Preciso estimular os dois hemisférios cerebrais!”. É com essa resposta bem-humorada que ela explica porque não consegue optar entre campos profissionais aparentemente tão díspares: a moda e o Direito.

Bacharel em Direito pela Universidade Estadual de Londrina, ela pensa em seguir carreira na Magistratura do Trabalho. E já está direcionando seus estudos jurídicos nesse sentido: atualmente faz pós-graduação em Direito do Trabalho nas Faculdades Curitiba.

Ao mesmo tempo, gostaria de iniciar um empreendimento na área de moda. “Adoro roupa. Acho que a peça ideal deve apresentar corte

e caimento perfeitos e ser executada sobre um bom tecido. Isso faz toda a diferença!”, diz.

Recentemente, Ana Paula concluiu o curso de Desenho de Moda do Senac. Foi aí que obteve algumas das idéias para as pranchas que apresenta neste seu primeiro ensaio de *croquis* para a indústria têxtil. Mas, é claro, se terminar optando por esta segunda carreira, pretende intensificar seus conhecimentos, quem sabe até em outros países.

Não bastasse tanto trabalho e tantas decisões a tomar, ela ainda é adepta de esportes: corre semanalmente e, sempre que possível, participa de mini-maratonas, em percursos que compreendem de 9 a 10 km, em média.

Integrante do quadro funcional da Justiça do Trabalho paranaense há um ano, Ana, que é analista ju-



Um desenho de moda de Ana Paula que faz parte do Projeto Prata da Casa

diciária, faz parte da equipe da 8ª VT de Curitiba. Até então ela morava em Londrina, onde deixou sua família e para onde retorna sempre que possível, para aplacar as saudades.

E embora acredite que para alavancar seus projetos profissionais seja importante morar em centros urbanos maiores, futuramente ela pretende retornar à sua região. O destino dirá se como magistrada ou se de posse de uma conceituada marca na indústria do vestuário. Para uma e outra carreira não lhe falta postura.

A mostra fica até o dia 7 de junho no *hall* de entrada do Fórum de Primeiro Grau da Justiça do Trabalho, em Curitiba, na Avenida Vicente Machado, 400.



Ana Paula (centro) com os colegas da 8ª Vara de Curitiba, Tomaz Moacir Motta e Gisele Castro e Silva, durante a abertura da mostra

Campanha de Inverno do TRT-PR

Até 2 de junho está sendo realizada a edição 2006 da Campanha de Inverno, organizada em Curitiba pela Comissão de Responsabilidade Social do Tribunal Regional do Trabalho. A mobilização de juizes e servidores, entre os dias 2 e 30 de maio, já arrecadou 110 quilos de doações para as entidades assistenciais Humanar e Casa do Caminho.

A Campanha de Inverno deste ano recebe calçados, agasalhos, cobertores, lençóis e toalhas. Os procuradores do trabalho e servidores da Procuradoria Regional do Trabalho da 9ª Região também estão contribuindo.

As doações podem ser entregues na Seção Psicossocial do TRT, localizada no 5º andar do Anexo Administrativo do Fórum de Primeiro Grau da Justiça do Trabalho (Rua Vicente Machado, 400) de Curitiba. Informações complementares pelo telefone (41) 3310-7078.

